



Quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 às 07:59, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 2882045: LEI Nº 2.464, DE 18 DE FEVEREIRO DE  
2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Forquilha

MUNICÍPIO

Forquilha



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:2882045>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



## **MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA**

**LEI Nº 2.464, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.**

**ESTABELECE O PROGRAMA PERMANENTE DE CONCESSÃO DE ESTÍMULOS ECONÔMICOS E INCENTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante lei específica, a conceder, a requerimento da parte interessada e mediante análise de viabilidade econômica, estímulos econômicos e incentivos fiscais à pessoa jurídica de direito privado ou microempreendedor individual que estabelecer atividade econômica no Município, mediante análise e aprovação prévia do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha e cumpridos os requisitos determinados por essa lei.

§ 1º Igual benefício será concedido às pessoas jurídicas de direito privado ou microempreendedor individual já estabelecidos no Município que ampliar de forma expressiva sua capacidade de faturamento ou absorção de mão de obra, bem como àquelas que introduzirem novas tecnologias no Município.

§ 2º Não terá direito aos benefícios desta lei quem anteriormente foi beneficiado com estímulos econômicos ou incentivos fiscais do Município e não atendeu aos propósitos que justificaram sua concessão.

Art. 2º Os benefícios previstos no art. anterior podem consistir, isolada ou cumulativamente, em:

I – execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendida, devendo o requerente apresentar projeto contendo, no mínimo, levantamento altimétrico da área, volume de aterro e de corte;

II – concessão de direito real de uso sobre imóveis do Município localizados em áreas industriais definidas por lei;

III – doações de bens imóveis;

IV – permuta de imóveis, em atendimento à solicitação de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural que explorar atividade industrial, comercial, serviços, turística ou agropecuária, já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta Lei;

V – cessão gratuita ou onerosa de espaços para fins industriais, comerciais, turísticos ou agropecuários, por período de até 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, em condomínios, incubadoras ou unidades individuais;



## MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VI – isenção, total ou parcial, de impostos municipais, inclusive Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a construção, reforma, ampliação ou demolições necessárias ao atendimento do projeto do empreendimento;

VII – isenção, total ou parcial, de todas as taxas e os emolumentos municipais;

VIII – outros benefícios, quando o empreendimento for de relevante interesse para o Município.

§ 1º A concessão de direito real de uso prevista no inciso II poderá ser convertida em doação, desde que condicionada ao uso do imóvel para os fins que justificaram a concessão e que a fiscalização do Município emita relatório das condições do empreendimento ao tempo do requerimento de doação, que deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha.

§2º A doação prevista no inciso III será realizada por lei específica, independentemente de processo licitatório prévio, desde que preenchidos os requisitos previstos nessa lei, e fixará encargos a serem cumpridos pelo donatário, sempre que realizada como condição prévia para a instalação do empreendimento.

§ 3º Os estímulos fiscais previstos nos incisos VI e VII deverão ser requeridos anualmente, demonstrando-se ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha o fiel cumprimento dos prazos e propósitos manifestados na solicitação.

§ 4º Quando concedido a empresa já existente, o benefício somente atingirá, no que diz respeito à isenção tributária, o acréscimo das instalações efetivamente realizadas em concordância com o projeto específico.

§ 5º Os estímulos e incentivos acima referidos serão concedidos pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 3º Os interessados na obtenção dos benefícios arrolados no art. anterior deverão protocolar requerimento, endereçado ao Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico, no qual especificarão o benefício pretendido.

§ 1º. O requerimento deverá ser instruído com os documentos abaixo arrolados, cabendo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha a avaliação sobre a dispensa ou necessidade de novos documentos:

I – objeto do empreendimento;

II – estudo de viabilidade econômica;

III – projeto e cronograma de implantação;



## MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

IV – número de empregos diretos e indiretos a serem criados;

V – faturamento projetado;

VI – balanço patrimonial e o de resultado econômico dos últimos 2 (dois) anos, em caso de pessoa jurídica já instalada no Município;

VII – projeção do recolhimento de tributos e valor agregado de impostos.

§ 2º Tratando-se de empresa já existente, deverá ser apresentada certidão negativa de débito junto às Fazendas Públicas municipal, estadual e federal e de débitos trabalhistas.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha avaliará as solicitações levando em consideração, prioritariamente:

I – o alcance social do projeto;

II – a utilização de matéria prima e mão de obra local;

III – o incremento e/ou manutenção de empregos diretos e indiretos e renda;

IV – o pioneirismo da atividade e aplicação de tecnologias inovadoras;

V – o valor do investimento;

VI – a sustentabilidade econômica e ambiental do projeto.

Parágrafo único. O Conselho poderá requerer ao Departamento de Desenvolvimento Econômico a contratação de técnicos para avaliar e opinar sobre projetos de maior complexidade com os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local.

Art. 5º À pessoa jurídica de direito privada ou ao microempreendedor individual beneficiado com os estímulos econômicos e incentivos fiscais previstos nesta lei é vedado:

I – alienar os imóveis recebidos do Poder Público, desviando-o da sua finalidade originária, salvo naquelas situações em que reste claramente demonstrado o atendimento ao interesse público e ao interesse econômico do Município, que deverão ser avaliados em processo próprio;

II – gravar o imóvel com ônus real de garantia, exceto se comprove previamente ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha sua liquidez patrimonial, devendo ainda apresentar anualmente certidão de pagamento do gravame;



## MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

III – alterar o projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha e homologado pelo Chefe do Poder Executivo, sem análise e aprovação do novo projeto.

Art. 6º A pessoa jurídica ou microempreendedor individual beneficiado pelos estímulos e incentivos previstos nesta lei se obriga a iniciar a obra no prazo de 6 (seis) meses, contados do deferimento do pedido, e concluí-la dentro do prazo estipulado no cronograma de instalação, que pode ser prorrogado a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha.

Art. 7º Os benefícios concedidos serão revogados sempre que a pessoa jurídica ou microempreendedor individual beneficiado:

I – infringir qualquer das disposições do art. 5º dessa lei;

II – não cumprir os prazos e/ou metas estipulados no projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha;

III – paralisar suas atividades por prazo superior a 3 (três) meses ou, pelo mesmo período, apresentar brusca diminuição no seu quadro de empregados, salvo motivo justificado, que deve ser analisado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha;

IV – transferir o estabelecimento empresarial para outro município;

V – utilizar os imóveis doados, concedidos ou permutados para fim diverso daquele previsto no projeto aprovado ou sem a observância da legislação de proteção ambiental;

VI – for declarada sua falência;

VII – estiver em débito com a Fazenda Pública municipal por qualquer obrigação vencida a mais de 60 (sessenta) dias.

§1º Constatado, após processo administrativo, o descumprimento de qualquer das disposições previstas nos incisos desse art., ou a prática de ato ilícito, o benefício será revogado, devendo os valores despendidos pelo Município serem devolvidos ao erário em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pelo índice de correção monetária oficial.

§ 2º Em caso de comprovada má-fé na utilização dos benefícios, os valores correspondentes aos benefícios concedidos deverão ser recolhidos em parcela única, acrescidos de multa não inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da reposição.



## MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

§ 3º Tratando-se de doação ou concessão, o descumprimento das disposições legais implicará na reversão automática do imóvel ao Município, com as benfeitorias nele realizadas, sem direito à indenização, salvo naqueles casos em que for comprovada a inconveniência técnica e onerosidade da reversão ao Poder Público.

Art. 8º A fiscalização do atendimento às disposições legais ficará a cargo dos órgãos municipais competentes, devendo o beneficiado, sempre que solicitado, prestar as informações necessárias à fiscalização.

Parágrafo único. Em caso de omissão ou negativa do beneficiado em prestar as informações requeridas, será aplicada a pena de suspensão da expedição do seu alvará de funcionamento, até o dia em que a solicitação for cumprida, sem prejuízo de aplicação de outras medidas previstas nesta lei.

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado ou microempreendedores individuais beneficiados com a concessão de direito real de uso de imóvel do Município poderão, após decorrido o prazo estabelecido e cumpridas as finalidades manifestadas no requerimento, poderá adquirir a área concedida, mediante pagamento do valor estipulado pela Comissão Municipal de Avaliação, ainda que valores meramente fiscais, em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, atualizadas pelos índices oficiais.

Art. 10. As pessoas jurídicas de direito privado ou microempreendedores individuais beneficiados com a doação de imóvel, após cumpridas as finalidades manifestadas no requerimento, poderão requerer ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha a baixa dos encargos da doação com o pagamento do valor do imóvel, conforme avaliação realizada pela Comissão Municipal de Avaliação.

§ 1º O pagamento referido no *caput* pode ser dispensado caso o beneficiado comprove que tenha dado retorno, nos últimos 10 (dez) anos, no recolhimento de ICMS igual ou superior ao valor equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de avaliação do imóvel.

§ 2º Caso o retorno do ICMS gerado nos últimos 10 (dez) anos for inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de avaliação do imóvel, o beneficiado poderá complementar a diferença deste valor; nesse caso, para o cálculo da complementação, o *quantum* gerado de retorno de ICMS sofrerá um deságio de 1/3 (um terço) do seu valor.

Art. 11. O Município poderá, nas mesmas condições do art. 2º, § 2º desta lei, vender imóveis para pessoas jurídicas de direito privado ou microempreendedor individual desde que destinados ao desenvolvimento econômico da região, aferido mediante requerimento nos mesmo termos do previsto nos artigos 3º e 4º, concedendo-se, por deliberação Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Forquilha, prazo de carência para pagamento, com atualização monetária, com ou sem estipulação de juros.



## MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Parágrafo único. O valor do imóvel será fixado a partir de avaliação realizada pela Comissão Municipal de Avaliação.

Art. 12. Os valores arrecadados em decorrência da alienação de imóveis integrarão o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico Local, previsto na Lei nº 2.428/2020.

Art. 13. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se a Lei nº 2.135, de 12 de novembro de 2015, e demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de fevereiro de 2021.

**JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES**  
Prefeito

Publicado no mural e registrado em 18 de fevereiro de 2021.